

# Parecer deve ser votado hoje

por Cláudio Kuck  
de Brasília

A comissão mista do Congresso que desde 11 de abril analisa o endividamento externo do Brasil deve votar hoje o parecer do senador Severo Gomes (PMDB-SP), junto com os projetos do senador Itamar Franco (PRN-MG) e do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), sobre como o Congresso Nacional deve proceder em relação à dívida externa de US\$ 114 bilhões.

O relator Severo Gomes conclui que a suspensão do pagamento da dívida não

pode ser adotada, porque há compromissos formais firmados por quem legalmente representa a União. Mas Itamar Franco, num dos seus projetos, propõe a revogação da lei 7.770, de junho deste ano, prorrogada até outubro pela medida provisória 53, que delega competência ao governo de contratar e negociar com os credores externos, atribuições constitucionais atualmente do Congresso.

Há ainda um outro projeto de resolução do senador Itamar Franco, prevendo que todo credor que queira receber apresente ao Ban-

co Central do Brasil, no prazo improrrogável de 120 dias sob pena de caducidade, o título representativo de seus haveres, devidamente acompanhado de cópia do instrumento contratual e de detalhada justificação do montante reivindicado.

Já o deputado Oswaldo Lima Filho prega em seu projeto a moratória da dívida externa e uma auditoria sobre ela. Ele propõe a anulação dos contratos não aprovados pelo Congresso, ou seja, todos aqueles firmados com os bancos privados, a exceção dos assinados com estados e mu-

nicipios, além da suspensão dos pagamentos até que seja feito levantamento completo da situação.

E sete dos 22 parlamentares que compõem a comissão já formalizaram seu apoio à proposta de Lima Filho, faltando apenas outros cinco para que seu projeto seja aprovado e levado à votação conjunta do Senado e da Câmara. Informado da questão, o líder do governo, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) ficou irritado: "isto não ajudaria o País a sair da crise, sendo preferível o entendimento com os credores".